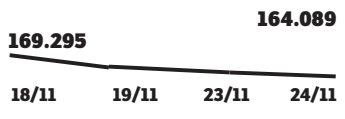
Bolsas
Na terça-feira

0,95% São Paulo

0,85% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias



Dólar
Na terça-feira

R$ 5,910
(- 0,26%)

Últimos	
16/novembro	5,776
17/novembro	5,782
18/novembro	5,866
19/novembro	5,934
23/novembro	5,926

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R$ 6,482

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,68%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82
Outubro/2026	0,14

CONTAS PÚBLICAS

Novas medidas fiscais a caminho

» LUÍZA ALTOÉ

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Após a aprovação do PLP do ajuste, Motta comentou estar disposto a votar novas medidas ainda este ano

O governo prepara uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) como "segundo passo" após a sanção do ajuste no arcabouço fiscal. O tema seria discutido, ontem, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a equipe econômica, mas a reunião foi cancelada por causa da viagem de Lula ao velório do jurista Fábio Comparato. Mais cedo, o presidente se reuniu com o ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também tratou do assunto com o seu sucessor, Dario Durigan.

A cúpula do Congresso Nacional já sinalizou disposição para apreciar a PEC ainda este ano. Da parte da Câmara dos Deputados, logo após a aprovação do projeto de lei complementar com medidas de ajuste fiscal, na segunda-feira, o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) defendeu que novas propostas fossem apresentadas pelo governo ainda em 2026 e apontou que a Casa estaria apta a analisá-las. No entanto, ele reforçou que tais medidas não devem prejudicar a população mais pobre ou comprometer temas considerados prioritários para o governo Lula.

"Nós defendemos e acreditamos que outras medidas podem chegar — quem sabe ainda neste ano de 2026 — para que, com este Congresso que está apto a votar, possamos seguir avançando nessa política de ajuste fiscal de forma mais contundente", afirmou. Para ele, esse cenário abre caminho para uma queda na taxa de juros e controle do dólar, além de dar condições orçamentárias para que o governo cumpra as promessas de campanha eleitoral.

Da parte do Senado, o presidente Davi Alcolumbre (União-AP) também sinalizou disposição para pautar a matéria. Questionado por jornalistas, ele considerou ter tempo para votar a medida ainda em 2026, caso haja acordo com os líderes partidários do Senado para andar com o tema. "Se conversar com os líderes e todos estiverem dispostos a fazer pelo país, independente do que tiver no texto", disse.

Sem surpresas

Segundo a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PB), a proposta ainda está sendo construída e deve ser enviada ao Congresso Nacional até o final do ano. A líder também afirmou que a matéria não será enviada de forma "surpresa", como foi feito com o PLP. No início do mês, o governo tentou apresentar e votar o projeto no mesmo dia, enfrentando resistência da oposição diante da velocidade dada à tramitação da proposta.

Partidos do Centrão também vêm sinalizando positivamente ao recebimento de novas medidas de ajuste fiscal. Durante a votação na Câmara, o líder da Maioria, deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), repetiu diversas vezes que o PLP era "um primeiro passo" e que há necessidade de mais propostas serem estudadas. "Sabemos que até o final do ano é importante que o governo apresente também uma nova agenda fiscal que dialogue com os próximos 4 anos; que a gente possa buscar o equilíbrio das contas públicas, preservando as nossas conquistas sociais", disse.

Além da necessidade de estabilizar a economia brasileira, as discussões da matéria ocorrem em meio às negociações pelos cargos na Esplanada dos Ministérios. Esse ambiente reforçou o apoio de partidos do Centrão ao PLP, de olho na composição do Lula 4. Os principais partidos do Centrão garantiram, juntos, cerca de 178 votos dos 353 recebidos para a aprovação da matéria.

Pressa

Para o governo, é mais fácil aprovar uma PEC ainda neste ano, tendo em vista o Congresso Nacional majoritariamente de direita a partir de 2027. Além disso, a ideia é de que as novas regras possam valer para Orçamento de 2027, que tem que ser aprovado antes do recesso parlamentar. Somado a isso, vale lembrar que a tramitação de PECs, em regra, demora mais tempo, o que demandaria que o governo articulasse o texto com mais precisão para garantir uma aprovação mais célere.

Vale lembrar ainda da resistência interna que o PLP sofreu entre partidos aliados do governo. Foi o caso do PSol, PCdoB e PT, com deputados críticos às medidas e que escolheram se abster ou obstruir a votação da matéria na Câmara. O cenário pode se repetir com a apresentação de uma PEC. Segundo um deputado, o governo já vem conversando sobre o assunto com parlamentares para reduzir o desgaste.

Há expectativa de uma reunião entre o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e congressistas, incluindo os relatóres da matéria nas duas Casas para discutir sugestões ao novo texto.

Lula sanciona ajuste fiscal

» ARMANDO HOLANDA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, sem vetos, ontem, o projeto de lei complementar que estabelece medidas de ajuste fiscal e amplia os instrumentos à disposição do Executivo para a gestão das contas públicas. Publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU), a Lei Complementar nº 239/2026 altera dispositivos do arcabouço fiscal, endurece as regras para a concessão de benefícios tributários e autoriza o governo a contingenciar recursos mesmo quando o resultado primário estiver dentro do intervalo de tolerância da meta fiscal.

O conjunto de medidas integra a estratégia do Palácio do Planalto para garantir condições orçamentárias no primeiro ano do quarto mandato do petista. Nas contas da equipe econômica, a expectativa é de uma melhora no resultado primário de 2027 entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões.

Uma das principais alterações é a redução, de 2,5% para 2%, do limite de crescimento real das despesas públicas nos exercícios em que houver necessidade de contingenciamento, a partir do próximo ano. A contenção, contudo, não será incorporada à base de cálculo dos limites dos anos seguintes. Na prática, o Executivo poderá restringir os gastos em determinado exercício sem comprometer, de forma permanente, a capacidade de expansão das despesas.

Nos últimos dias, Lula tem rechaçado a classificação das mudanças como uma reforma fiscal. O chefe do Executivo nacional também tem reiterado que não pretende promover cortes em programas sociais para equilibrar as contas da União. No sábado, durante uma transmissão ao vivo com o deputado federal André Janones (Rede-MG), o presidente defendeu a necessidade de garantir condições para governar a partir de janeiro.

"Na verdade, não houve reforma fiscal, houve um ajuste para que o orçamento da União permita que a gente tenha governança sobre o orçamento no ano que vem. Se a gente não tiver governança, a gente não consegue governar", afirmou o petista na ocasião.

Pelo lado da arrecadação, a legislação amplia para 20% a redução de uma série de incentivos fiscais concedidos pela União. Nos casos de isenção ou alíquota zero abrangidos pela medida, será aplicada uma cobrança correspondente a 20% da tributação convencional. O aproveitamento de determinados créditos financeiros ou tributários, por sua vez, ficará limitado a 80% do valor original.

Foram preservados os incentivos federais destinados à aquisição de veículos por pessoas com deficiência ou com transtorno do espectro autista (TEA). As mudanças tributárias produzirão efeitos a partir de janeiro ou março de 2027, a depender das regras constitucionais aplicáveis a cada tributo.

Outro dispositivo permite que a União desconsidere, excepcionalmente, até R$ 10,5 bilhões no cálculo da meta de resultado primário deste ano.

» Arrecadação recorde

A Receita Federal comunicou ontem R$ 293,975 bilhões de arrecadação em outubro. O resultado é o maior para o mês de outubro desde 1995, início da série histórica corrigida pela inflação, e representa alta real de 7,28% em relação a outubro de 2025, quando R$ 274,030 bilhões entraram no caixa do governo. Já no acumulado de janeiro a outubro deste ano, a Receita comunicou R$ 2,645 trilhões, um aumento real de 7% em relação ao acumulados dos 10 primeiros meses do ano passado. O desempenho recorde ocorreu mesmo após o governo proibir, em 25 de setembro, o funcionamento de casas de apostas online, as chamadas bets. Segundo a Receita, fatores extraordinários ligados à tributação da exportação de petróleo explicam o aumento.

Comércio em PAUTA

CNC Sesc Senac 80 ANOS

Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

CNC LANÇA SIMULADOR PARA AJUDAR EMPRESAS NO CÁLCULO DOS CUSTOS DA JORNADA 5×2

Para auxiliar os empresários do setor terciário na adaptação às novas regras de jornada de trabalho, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) lançou uma campanha para auxiliar a sociedade a entender a transição para a escala 5×2. Além de vídeos e uma cartilha com orientações, a campanha oferece uma calculadora digital gratuita que simula o novo limite de carga horária semanal.

O Simulador da Jornada 5×2 não exige cadastro prévio, funciona diretamente no navegador do celular ou computador e está disponível no endereço portaldocomercio.org.br/calculadora-5×2.

O lançamento da campanha ocorreu logo após a decisão liminar do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 8.041, ajuizada pela CNC, que tirou as travas temporais para a escolha dos dois dias de repouso semanal, assegurou a jornada diária de 8h24min sem pagamento de hora extra na fase intermediária e fortaleceu o papel das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho (CCTs e ACTs).

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, reforça a importância da campanha, com conteúdos e uma plataforma digital que leva todo entendimento jurídico da Confederação para as mãos de quem faz o dia a dia da economia brasileira. "Desenvolvemos esta série de ações e o Simulador da Jornada 5×2 para traduzir o cenário jurídico e operacional em planejamento prático", afirma Tadros. "Quem acessar esses conteúdos e usar a plataforma poderá se preparar melhor para o impacto financeiro da transição em cada etapa prevista pela legislação."

O Simulador da Jornada 5×2 é apenas um guia ilustrativo que não possui valor legal. Em caso de dúvida e necessidade, a recomendação é que as empresas busquem a orientação de profissionais especializados nas áreas contábil e de advocacia.



INICIATIVAS DO SESC RECEBEM SELO DE RECONHECIMENTO PELA PROMOÇÃO DO HÁBITO DE LEITURA

Duas iniciativas de incentivo à leitura promovidas pelo Sesc receberam o Selo PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura, ação coordenada pelos Ministérios da Cultura e da Educação. A Campanha Nacional Modo Leitura e o Movimento Partiu Leitura foram os primeiros a utilizar o selo, que reconhece ações estratégicas de promoção da leitura realizadas por instituições parceiras e organizações da sociedade civil.

Em sua primeira edição, o Modo Leitura convidou as pessoas a uma pausa na rotina para dedicar tempo aos livros. A campanha promovida nos dias 13 e 14 de novembro mobilizou unidades do Sesc em todo o País, com espaços especiais para receber o público em encontros de leitura.

Já o Movimento Partiu Leitura é uma ação realizada anualmente em outubro, durante a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca. A iniciativa propõe que os participantes escolham um livro de suas coleções e deixem-no em um espaço público para ser encontrado por outra pessoa, abrindo caminho para novas experiências de leitura.



Divulgação/Sesc

Públicos de todas as idades participaram dos encontros de leitura do Sesc

CAMPANHA DO SENAC VENCE PRÊMIO PROFISSIONAIS DO ANO, REFERÊNCIA DA PUBLICIDADE

O Senac Goiás é vencedor do Prêmio Profissionais do Ano (PPA) na categoria Leste-Oeste. O reconhecimento foi dado pela campanha Voltamos Preparados para o Futuro, criada com a Agência Desigual para a reinauguração do Senac Cora Coralina. A unidade estava em obras desde janeiro de 2025 e foi reinaugurada no dia 15 de maio, como parte da programação da Semana S.

A campanha utiliza referências cinematográficas como De Volta para o Futuro e O Exterminador do Futuro para anunciar a disponibilidade de cursos de inteligência artificial, desenvolvimento de jogos, entre outros. Também foram utilizadas imagens produzidas por inteligência artificial.

O tema do vídeo foi escolhido por conta da modernização pela qual a unidade passou em 2025. Inaugurada em 1983, a reforma possibilitou a criação de ambientes atualizados e laboratórios preparados para atender às demandas do mercado contemporâneo, especialmente nas áreas de tecnologia da informação, gestão, games e inteligência artificial. Atualmente, a unidade oferece 19 cursos, em sua maioria voltados para o campo tecnológico.

O prêmio é uma das celebrações mais tradicionais da publicidade brasileira. Além do filme vencedor, a campanha Senac Idiomas Destrava, feita em parceria com a Agência Desigual, foi finalista na categoria Campanha Regional.

CNC · Sesc · Senac
Sistema Comércio
Seu negócio é o nosso negócio.
portaldocomercio.org.br